

JORDANA NAYARA DOS SANTOS

**O DESAFIO DA INCLUSÃO DE ALUNOS
PORTADORES DE NECESSIDADE MENTAL E
ESPECIAL NO ENSINO REGULAR**

PATOS DE MINAS

2009



FACULDADE PATOS DE MINAS

JORDANA NAYARA DOS SANTOS

**O DESAFIO DA INCLUSÃO DE ALUNOS
PORTADORES DE NECESSIDADE MENTAL E
ESPECIAL NO ENSINO REGULAR**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Educação Física da Faculdade Patos de Minas como requisito parcial á obtenção do título de Licenciatura.

Orientador: Rones Alves Cândido

PATOS DE MINAS
2009

SANTOS, Jordana Nayara.

O Desafio da inclusão de alunos portadores de necessidade Mental e especial no ensino regular/Trabalho de conclusão de curso. –Patos de Minas: Faculdade Patos de Minas, 2009.

Monografia – Curso de Educação Física
Orientador: Rones Alves Cândido

1.Inclusão

2.Escola

3.Família

4.Desafio

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor: Rones Alves Candido - FPM

Professor(a): Magdo César - FPM

Professor(a): Fernanda Veruska Narciso - FPM

Patos de Minas, _____ de dezembro de 2009.

Dedico a meus familiares pelo apoio, pois sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos. E a todas as pessoas que me incentivaram durante todo o curso.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, mestre dos mestres, que abriu meu coração e a minha mente para a produção do conhecimento, oferecendo-me a grande oportunidade de estudar.

Agradeço aos meus pais pela minha formação e educação.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e trocas de experiências.

Aos professores que contribuíram para o meu aprendizado, a minha admiração e apreço.

Ao meu orientador Rones pelo estímulo e o quanto contribuiu para a realização da mesma.

E a todos que, de uma maneira ou de outra, colaboraram para o êxito desta monografia, e que tão prontamente forneceram dados para sua realização.

“(...) Cada criança é um ser único, diferente de qualquer outra, que experimenta ritmo de evolução próprios, tem os seus interesses e provém de um universo cultural, econômico e familiar específico; cada um é um caso, uma personalidade que desabrocha de modo diverso.”

(JOAQUIM AZEVEDO, 1994, p. 118-120)

RESUMO

O estudo teve como objetivo promover uma sensibilização dos educadores que trabalham no ensino regular quando se referem à questão da inclusão e as dificuldades enfrentadas pela família, alunos, professores e o universo escolar como um todo para que tais questões deixem de ser tão somente teóricas. Uma sensibilização para que possa adquirir incentivo, autonomia, espírito crítico, criativo, passando a exercer a sua cidadania. Visando-se a socialização dos portadores de necessidades educacionais especiais em uma sociedade dominante e excludente, a qual se encontra educadores sem qualificação, e um ambiente inadequado para o atendimento desses alunos. Baseando-se nesses princípios de “igualdade de oportunidades” e “educação para todos”, é que se questiona a inserção e permanência da escolarização dos alunos considerados portadores de necessidades especiais em que estão amparados pela Lei de Salamanca (1994, p.15), e um compromisso assumido pelo Brasil no combate a exclusão de toda e qualquer pessoa no sistema educacional de ensino. Obviamente enfrenta-se um desafio tornar a escola um espaço aberto e adequado ao ensino inclusivo. Sabe-se que muitos obstáculos são encontrados particularmente sobre os princípios da educação inclusiva para que atenda as especificidades de cada um.

Palavras chave: Inclusão – Professores – Alunos – Família - Desafio.

ABSTRACT

The study aimed to promote awareness of educators working in regular schools when they refer to the issue of inclusion and the difficulties faced by families, students, teachers and school environment as a whole to such matters cease to be only theoretical. Awareness so you can purchase incentives, autonomy, critical thinking, creative, and started working on their citizenship. With the aim of the socialization of people with special educational needs in a dominant society and exclusionary, which is unqualified teachers, and an inadequate environment for the care of these students. Based on these principles of "equal opportunities" and "education for all," is that it questions the engagement and continuation of education of the students considered as having special needs that are supported by the Law of Salamanca (1994, p.15) and a commitment by Brazil to combat the exclusion of any person in the educational system of education. Obviously it is faced with a challenge to make the school an open and appropriate for inclusive education. It is known that many obstacles are found particularly on the principles of inclusive education that meets the specific characteristics of each one.

Keywords: Inclusion - Teachers - Students – Family - Challenge.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O DEBATE ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	13
1.1 Linha Histórica	13
1.2 Refletindo sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais	16
1.3 A Educação na Perspectiva da Inclusão	17
CAPÍTULO 2: A ESCOLA INCLUSIVA	20
2.1 A Escola e a Diferença	20
2.2 As dificuldades da escola, sua integração e inclusão	22
2.3 O preparo e o papel do professor na escola inclusiva acolhedora e democrática ...	24
2.4 O Preconceito	26
CAPÍTULO 3: A IMPORTÂNCIA E O APOIO DA FAMÍLIA	29
3.1 O papel da família sua consciência e aceitação	29
3.2 A relação entre pais e profissionais	32
3.3 A família no desenvolvimento da vida social da pessoa com deficiência	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

INTRODUÇÃO

A Inclusão como prática educativa é recente em nossa sociedade, surgindo como uma alternativa para educação e a inclusão social de pessoas com necessidades especiais. É um processo que configura diferentes dimensões e, no momento, torna-se um grande desafio para o nosso sistema educacional.

Esse desafio vem propor que a escola seja mais representativa e se torne mais democrática e justa.

Nesse sentido, vem o Ministério da Educação - MEC afirmar que:

Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica. (MEC-SEESP, 1998, p.7).

A Inclusão é um assunto que causa certo desconforto às pessoas, principalmente, aos educadores, porque se sabe que ela realmente acontece quando as escolas se preparam e se organizam. A inclusão vem a ser, também, um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade. A idéia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, e sinaliza a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

Nessa concepção afirma SASSAKI:

“Inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.” (SASSAKI, 1997, p.41).

Esse processo intrínseco está relacionado a qualidade do ensino e a abertura de uma escola independente de raça, cor, sexo, nível sócio-econômico, saúde física e mental que encare as dificuldades na ação diante da complexidade e da diversidade.

Vemos hoje que na inclusão se busca um conjunto de recursos que a escola regular deve dispor para atender à diversidade de seus alunos. Ela precisa se basear na compreensão de que cada ser é uno cada um tem características, habilidades e potencialidades próprias,

pois, a criança é um ser normal que se situa em várias fases de aprendizagem e desenvolvimento no que se refere às trocas que a criança realiza em relação ao meio social, cultural e físico presente ao seu redor.

A validade da educação inclusiva é indiscutível, pois, propicia novas atitudes frente ao diferente, considerando o aluno com dificuldade de aprendizagem como um estímulo para que o professor desenvolva estratégias de ensino, ouvindo seu aluno no que ele considera válido para o seu bom desempenho na escola, mostrando que este precisa ser respeitado em suas diferenças e limites sem discriminação.

As pessoas com deficiência são seres humanos, portanto, fazem parte da humanidade e devemos ser solidários com elas, buscando alcançar um nível de competência com os padrões sociais vigentes. (SASSAKI,1986)

O sucesso do processo de inclusão depende de uma identificação, avaliação e estimulação no desenvolvimento dos portadores de deficiência para que estes alcancem os objetivos propostos em sua vida social.

Para falar sobre inclusão escolar, é preciso repensar o sentido que se está atribuindo à educação, além de atualizar as concepções e re-significar o processo de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e a amplitude que envolve essa temática.(STAINBACK, 1999)

Também se faz necessário uma mudança de paradigmas dos sistemas educacionais a partir de uma reflexão nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no sentido de centrar o enfoque sobre o aprendiz levando em conta assim, suas potencialidades e não apenas as disciplinas e resultados quantitativos.

O modelo da inclusão vem ao longo dos anos buscarem a não exclusão escolar e assim, propondo ações que garantam o acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. No entanto, a segregação é forte e enraizada nas escolas com dificuldades e desafios a enfrentar, acabam por reforçar o desejo de mantê-los em espaços especializados.

Outro aspecto a ser considerado é o papel do professor, pois é difícil repensar sobre o que se está habituado a fazer no contexto escolar, além do fato de a escola estar estruturada para trabalhar com a homogeneidade e nunca com a diversidade.

Diante do exposto, pode-se afirmar que no ambiente escolar deve haver uma articulação da escola com seus projetos e seus professores, pois um depende do outro e a escola precisa rever suas práticas, idéias, imagens, conceitos e reconhecer que as representações sociais que interferem em processos de mudanças na direção de um novo rumo na vida social.

Dentro desse conceito, escreve PERRENOUD:

Ensinar é confrontar-se com um grupo heterogêneo, é ter professores que reconheçam, valorizem e saibam tirar proveito disso para sua prática educativa, partindo de uma reflexão crítica e fazendo valer seu papel de intelectual crítico na implementação da escola inclusiva. (PERRENOUD, 1993).

A verdadeira inclusão deverá ter como alicerce um processo de construção de consensos provenientes de uma reflexão coletiva sobre o que é a escola, quais as suas funções, seus problemas e a maneira de solucioná-los e deve-se buscar também, uma atitude reflexiva e orientada para o diagnóstico e para a ação. É preciso adotar uma concepção de homem que aborda a sua historicidade e que traça as ações que orienta as formas para pensar nessa própria integração. (SASSAKI, 1997)

E assim, frente a todos os fatos descritos anteriormente, pode-se considerar que o processo de inclusão não é utopia, como tantos insistem em afirmar, mas uma possibilidade a ser realizada quando todos os envolvidos no processo concordam em mudar suas práticas tradicionais, iniciando, pois, juntos uma luta para que haja transformação no atual sistema de ensino vigente. Inovação essa que venha beneficiar toda e qualquer pessoa levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

Assim sendo de início abordaremos no primeiro capítulo a linha histórica da educação inclusiva, os conceitos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e as perspectivas da educação no processo inclusivo.

Já no segundo capítulo daremos ênfase mais ao contexto escolar abordando sobre a escola e a diferença, as dificuldades enfrentadas, sua integração e inclusão, o papel do professor para que a escola seja mais acolhedora e democrática e as questões diante o preconceito.

Já no terceiro capítulo descreveremos sobre a importância e o apoio da família, no que se refere à sua conscientização e aceitação, bem como a relação entre pais e profissionais e o desenvolvimento da vida social da pessoa com deficiência.

A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto. (PEDRINELLI, 2002).

CAPÍTULO 1 - UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O DEBATE ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1.1 Linha Histórica

A trajetória histórica revela que a pessoa portadora de deficiência sempre viveu à margem, excluída da sociedade.

Antes do século XX não existia a idéia de inclusão, a maioria das pessoas não tinha o direito ou as condições mínimas para freqüentarem a escola.

A pessoa diferente, com limitações funcionais e com necessidades diferenciadas era abandonada ao relento, era exterminada ou vivia à margem da sociedade. Alguns eram aproveitados como fonte de diversão, como “bobos da corte” e, muitas “crianças deformadas” “eram jogadas nos esgotos”. (BRASIL, 1997)

No século XX, começa a chamada segregação, mais pessoas têm acesso à escola, mas, os alunos representantes da classe dominante dificilmente se misturavam.

Foi somente no século XX, que a pessoa com deficiência foi considerada como cidadã com direitos e deveres na sociedade, baseada na ideologia da normalização, que defendia a necessidade de inserir a pessoa com necessidades educacionais especiais na sociedade, com o objetivo de ajudá-la a adquirir as condições da vida cotidiana, aproximando-se do nível “normal”, ou seja, tinha caráter assistencialista e caritativo.

Na segunda metade do século surgem as “escolas especiais” e mais tarde as classes especiais dentro das “escolas comuns”. Surge assim, a separação de dois sistemas educacionais, por um lado à educação comum e do outro a educação especial.

Já na década de 70, aparece à integração, as escolas comuns aceitavam alguns alunos, antes rejeitados ou marginalizados, que poderiam freqüentar classes comuns desde que conseguissem adaptar-se.

A inclusão como movimento social iniciou na segunda metade da década de 80, no Brasil, tomou impulso na década de 90, com a difusão das idéias da Declaração de Salamanca e com a Promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 20 de dezembro de 1996. Os anos 90 são marcados como o advento da educação inclusiva pelo respeito às características do individuo frente ao processo pedagógico.

Seu primeiro movimento foi explicitado segundo Werneck em 1990 pela resolução 45/91 da Assembléia Geral das Nações Unidas que defendia a sociedade para todos, mas, o ponto culminante foi em 1981 ao instituir-se o Ano Internacional das Pessoas Deficientes da Organização das Nações Unidas (ONU) seguindo-se a Década das Nações Unidas para as Pessoas Portadoras de Deficiências (1981- 1990).

As primeiras práticas educativas no processo de inclusão vinham da exclusão, da segregação institucional e da integração de pessoas com necessidades especiais. Nesta década foram consolidados os princípios éticos, filosóficos e políticos que vêm sustentando o processo de construção da cidadania.

Com o passar dos anos, de certa forma, a sociedade tomou consciência do papel das pessoas com deficiência, de suas condições de acesso a todo e qualquer lugar, e a uma representação consciente e cidadã. A sociedade passou a ver que pessoas com deficiência são seres possuidores de direitos e deveres propondo que todos os indivíduos devem interagir em todas as situações, beneficiando-se dos mesmos momentos de aprendizagens e respeitando suas necessidades e particularidades.

A pessoa com deficiência, assim como outros segmentos da sociedade Capitalista, não correspondem ao modelo tradicional de normalidade, sendo vistos sob a ótica do estigma. Esse estigma seria um atributo que envolve todo aquele que é visto como diferente e/ou estranho em comparação aos demais, transformando-o em alguém inferiorizado e fragilizado socialmente.

A história do conceito de deficiência acompanha a evolução da conquista dos direitos Humanos.

O termo “deficiente”, por exemplo, traz consigo a idéia de negação da eficiência na sociedade capitalista. Entretanto, muitas vezes os chamados “deficientes” são pessoas com dificuldade numa área específica, mas são capazes de realizar trabalhos em outras áreas.

Um termo recente, mas que já traz consigo algumas questões, é “pessoas portadoras de necessidades especiais”. O mesmo agride menos aos ouvidos, e teria como objetivo amenizar as dificuldades que se sabe que uma pessoa com deficiência e seus responsáveis enfrentam. O termo tem sido questionado visto que não define, nem sequer delimita a categoria. Todos somos, de alguma maneira, portadores de necessidades especiais, portanto o termo é ineficaz e indevido.

Atualmente, são inúmeras as leis que buscam regulamentar os direitos das pessoas portadoras de deficiência, porém, ainda não são aplicadas.

Muitas escolas se dizem inclusivas devido à obrigatoriedade da lei, mas, muitas vezes, o portador de deficiência está matriculado, frequentando a escola, porém excluído dentro da própria sala de aula, devido à falta de preparo do professor, seja pelo seu desinteresse, pela falta de tempo e condições financeiras para cursos, ou desinteresse da equipe técnica da escola.

O Brasil vem se movimentando na busca de se tornar uma sociedade que reconhece e respeita a diversidade que o constitui e tenta oferecer uma educação de qualidade para todos. Ainda que esse conceito esteja evoluindo, nesse momento pode ser muito útil considerá-lo como um agente de mudança conceitual, especialmente quando defende que não basta que os alunos com necessidades especiais estejam integrados às escolas comuns, mas que participem plenamente da vida escolar e social de toda comunidade.

Nesse aspecto afirma Armstrong:

A inclusão precisa ser um sistema de educação que reconhece o direito a todas as crianças e jovens a compartilharem de um meio ambiente educativo comum em que todos sejam valorizados por igual, com independência das diferenças percebidas quanto à capacidade, sexo, classe social, etnia ou estilo de aprendizagem. (ARMSTRONG, 1999, p.76)

O portador de deficiência tem que ser conhecido e reconhecido enquanto pessoa cidadã, com os mesmos direitos que cabem a todos: educação, saúde, trabalho, locomoção, transporte, esporte, cultura e lazer.

Para que realmente tenhamos uma sociedade democrática, devemos criar uma nova ordem social, na qual todos sejam incluídos no universo dos direitos e deveres.

1.2 Refletindo sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN`s) tem como objetivos desenvolver capacidades e oferecer condições para que os professores possam definir seus projetos. Nos PCN`s, a solidariedade é incentivada na formação de atitudes e ética, e os conteúdos devem incluir questões que possibilitem a compreensão e a crítica da realidade.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN`s) – É papel fundamental da educação, no desenvolvimento das pessoas, da sociedade ampliando ainda mais no despertar do milênio e aponta para necessidade de se construir uma escola voltada para formação de cidadãos.

Os PCNs foram elaborados procurando de um lado respeitar as diversidades regionais, culturais e políticas existentes no país, tendo a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo. Por outro lado, considerar a diversidade que se verifica entre os educando nas instituições escolares requer medidas de flexibilização e dinamização do currículo para atender, efetivamente, as necessidades educacionais especiais dos que apresentam deficiências, altas habilidades (superdotados), condutas típicas de síndromes ou condições que venham a diferenciar a demanda de determinados alunos com relação aos demais colegas.

Essas condições exigem a atenção da comunidade escolar para viabilizar a todos os alunos, indiscriminadamente, o acesso à aprendizagem, ao conhecimento e ao conjunto de experiências curriculares disponibilizados ao ambiente educacional, a despeito de necessidades diferenciadas que possam apresentar. Este documento contempla significativas experiências desenvolvidas no país, constituindo-se providências possíveis e recomendáveis a serem utilizadas com êxito, pelo sistema escolar brasileiro na perspectiva de assegurar a todos alunos educação com qualidade.

Com base nesses parâmetros, pode-se afirmar que os programas de inclusão, apesar das contradições, têm avançado na mudança de enfoque e na possibilidade de escolarização dos educando no sistema de ensino regular. Ele vem trazendo mudanças como prevenção, atendimento especializado, integração social da criança de rua, inclusão de jovens e adultos, dentre outros, mediante a convivência escolar, facilitando o acesso aos bens de serviço coletivo com a eliminação de preconceitos.

Na visão assumida pelos PCN`s:

Os alunos constroem significados a partir de múltiplas e complexas interações. Cada aluno é sujeito de seu processo de aprendizagem, enquanto o professor é o mediador na interação dos alunos com os objetos de conhecimento. O processo de aprendizagem compreende também a interação dos alunos entre si, essencial a socialização. Assim sendo, as orientações didáticas apresentadas enfocam fundamentalmente a intervenção do professor na criação de situações de aprendizagens coerentes com essa concepção (PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, P.58).

Como se pode notar, os PCN`s enfatizam o ensino e a aprendizagem de conteúdos que colaboram para formação dos alunos enquanto cidadãos no presente e no futuro. Cidadãos com direito à educação de qualidade e ao respeito de suas necessidades educacionais especiais.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as possíveis soluções para que aconteçam reformas e avanços nesse processo de inclusão estão num currículo flexível, voltado para múltiplas atividades desafiadoras e lúdicas, relacionadas a linguagens diversas, à escrita, à corporeidade, ao compartilhamento e a socialização.

Cabe, pois, aos educadores construir saberes, propiciando a construção de conhecimentos em todas as condições e em toda a diversidade que compõem o maior valor: a vida.

1.3 A Educação na Perspectiva da Inclusão

A Inclusão de alunos especiais no âmbito escolar está se tornando cada vez mais visível nos dias atuais.

Vemos a importância de destacar que, em nosso país a educação, é um direito estendido a todos e a partir da promulgação da Constituição da Republica Federativa do Brasil no ano de 1988, foram significativos os avanços em relação a esses direitos.

O artigo 208 desta constituição preceitua que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” nele recomenda-se a inclusão escolar, o combate à discriminação, garantindo um atendimento especializado e prioritário àqueles que legalmente necessitam.

A perspectiva da regulamentação do Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008, que orienta a distribuição dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e organiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas regulares, expõe mais uma vez fraturas que não são recentes e que estão no cerne do presente e do futuro da educação especial no Brasil. Isso acontece porque a proposta que o Conselho Nacional de Educação (CNE) levou à homologação do Ministro da Educação refuta a manutenção das escolas especiais como espaços exclusivos de atendimento educacional às pessoas com deficiência e sedimenta ainda mais a proposição de que a escola regular normal seja a escola de todos.

Essa é a vontade do Ministério da Educação, que vem implementando sistematicamente programas no sentido da confirmação da Política de Educação Especial na perspectiva inclusiva, e representa um acordo afirmativo com o avanço legal sobre o tema, que teve seu ponto máximo em julho de 2008, quando o Congresso Nacional, por unanimidade nas duas casas legislativas, ratificou com status de emenda constitucional a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que é o primeiro grande tratado de direitos humanos do milênio no âmbito das Nações Unidas.

Antes disso, entretanto, muitas iniciativas no sentido de bloquear as intenções de levar adiante a educação especial na perspectiva inclusiva aconteceram e, agora, mais uma vez, realiza-se um movimento nessa direção, visando à alteração da regulamentação antes de sua homologação final e mantendo as escolas especiais como espaço exclusivo de atendimento às pessoas com deficiência, desatendendo a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que recomendam a matrícula preferencialmente na rede regular, e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que dispõe que "As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência".

Falar de educação, e da escola como um espaço cultural é pensar na diversidade de valores sociais sem distinção alguma. É resgatar todo valor histórico cultural de cada indivíduo indistintamente.

No artigo 58 torna-se evidente a preocupação a qual sugere a LDB em possibilitar a educação inclusiva em um espaço onde a diversidade de seres humanos contribui para a formação acadêmica, cultural, social de forma igualitária e não segregada.

Segundo Forest: “A escola seria um espaço constituído de subjetividade de formas e cores tão diversas que, a cada movimento, surja uma nova forma, uma nova organização”. (FOREST, 1987).

Sabe-se que o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais validos para todos os alunos resultarão naturalmente na inclusão escolar dos portadores de necessidades especiais. Em consequência, a educação especial adquirirá uma nova significação.

Nota-se que a idéia de inclusão escolar os alunos portadores de necessidades especiais faz-se presente nas instituições de ensino fundamental, porém, as barreiras para que essa idéia seja colocada em prática são também notáveis. Por isso, percebe-se a necessidade de estabelecer alguns fatores importantes para que essa inclusão escolar ocorra verdadeiramente e se alie ao propósito de recomendar algumas medidas práticas na área da educação.

Nessa perspectiva, os desafios que temos a enfrentar são inúmeros, toda e qualquer investida no sentido de se ministrar um ensino especializado no aluno depende de se ultrapassar as condições atuais de estruturação do ensino escolar para portadores de necessidades especiais. Em outras palavras, depende da fusão do ensino regular com o especial.

A inclusão, seja ela na escola, no trabalho, no lazer ou nos serviços de saúde, significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma educação efetiva para todos.

Por tudo isso, vemos a extrema importância que há na modificação de alguns paradigmas educacionais e esclarecimento do fato de que o mero acesso à escola não é o suficiente; há que se ter uma maior responsabilidade do poder público além da criação de modalidades alternativas de atendimento nas escolas para cada tipo específico de deficiência.

Nesse sentido Enicéia Gonçalves Mendes define:

A Inclusão é um processo demorado, pois envolve, além do acesso, a permanência e o sucesso na escola. Não se trata de uma mera mudança de endereço: tirar da escola especial e colocar na classe comum da escola regular. (MENDES, 1999, p.68).

Para tanto, cabe ressaltar que a inclusão concilia-se como uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção

tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior, que a inclusão na área da educação deve estar inter-relacionada à posição assumida por professores, alunos e pais, que a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias, em fim, uma sustentação aos que estão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma ciência cada vez mais evoluída de educação e desenvolvimento humano. Pois a educação é impreterivelmente um direito de todo cidadão brasileiro e está na diversidade a riqueza da verdadeira aprendizagem.

CAPÍTULO 2: A ESCOLA INCLUSIVA

2.1 A Escola e a Diferença

A escola inclusiva com seu modelo de ser, como instituição que estabelece parâmetros de normalidades e igualitarismo, desconhece ou tenta desconhecer o ser diferente.

Ela considera que todos devem aprender intelectualmente sob o mesmo patamar, excluindo arbitrariamente qualquer “anormalidade”.

O desenvolvimento no século XIX, na Europa, da escola universal, laica e obrigatória, é um movimento internacional que, pelo menos ao nível das suas intenções, procurou dar à totalidade da população uma base comum de instrumentos de cultura que persistisse aplanar as grandes diferenças sócio-culturais dos alunos. A escola universal seria, nesse sentido, um elemento compensatório que, dando a todos os alunos um conjunto de conhecimentos comuns, lhes permitiria com mais equidade o acesso à competição de onde sobressairiam os melhores.

Todavia, pensada para ser a solução de um problema, a escola – que hoje designaríamos por escola pública – tornou-se parte do problema que tinha por objetivo resolver. Criada para dar educação básica a todos e à quais todos deveriam ter acesso, a escola pública tradicional desenvolveu práticas e valores que progressivamente contribuíram para acentuar as diferenças entre os alunos e que colocaram precocemente fora da corrida da aquisição de competência largos estratos da população escolar. Assim, o insucesso escolar, o abandono da escola, os problemas de disciplina, a rigidez dos currículos, etc., fizeram com que a escola que deveria integrar e acolher todos, fosse ela própria, um instrumento de seleção que, em muitos casos acentuava as diferenças culturais e de características e capacidades pessoais dos alunos.

A escola inclusiva, quando considerada como um todo, deve ser capaz de analisar que currículos incorretos, formação de professores inadequada, status apenas quantitativo da instituição são alguns dos empecilhos para a real inclusão.

No período anterior ao século XX, às pessoas com deficiência era vedado o direito de frequentar escolas, não se acreditando em suas possibilidades de aprender. Portanto, esse período pode ser classificado como sendo a fase da exclusão. Mais tarde começaram a ser educadas apenas em escolas especiais ou instituições especializadas, visando o treinamento de habilidades básicas que lhes garantisse estar entre os outros, de forma adaptada.

Mais recentemente, na busca de um modelo menos segregativo e mais eficiente de atendimento educacional, iniciou-se um processo de integração dos alunos com deficiência nas escolas regulares, permanecendo nas escolas especiais apenas os alunos que necessitavam de um número maior de recursos.

Vemos que na escola inclusiva não basta somente acolher, é necessário que os estudantes com deficiência avancem nos conteúdos e que seja dado apoio aos professores regentes além de uma diferente estruturação nas redes de ensino.

Como diz a psicopedagoga Daniela Alonso, consultora na área de inclusão, “oferecer educação de qualidade significa fazer adaptações físicas e pedagógicas, e cabe ao professor reconhecer essa nova função e brigar pelos recursos necessários”.

A escola inclusiva precisa assumir esses recursos e adaptar-se às diferenças, respondendo às necessidades gerais e específicas de todos os alunos. Esse processo de transformação da escola envolve o compromisso de todos os segmentos para que possam assumir desafios, formar novas competências e constituir uma rede de solidariedade tratando-se, pois, de um amplo movimento de transformação e democratização da educação.

Até pouco tempo a inclusão escolar dependia de um esforço isolado dos Profissionais da Educação Especial e de seus alunos, sem que as escolas regulares tivessem que proceder a modificações em suas propostas de modo que o ensino se tornasse flexível e adequado às suas necessidades. Nesse sentido, a construção da individualidade é outro princípio básico, onde se considera a importância de organizar o processo ensino/aprendizagem a partir das necessidades e possibilidades de cada educando, adaptando-o a essas necessidades e rompendo com modelos anteriores em que as crianças é que deveriam se adaptar a propostas prontas, construídas pelas escolas para todos os alunos, sem levar em conta as diferenças individuais.

É um equívoco acreditar que por serem especializados os profissionais têm respostas para todos os problemas. Normalmente, os maiores problemas que os professores de turmas

regulares encontram é o de organizar suas aulas de modo que sejam atendidos em suas necessidades tanto os alunos com necessidades educacionais especiais quanto os demais alunos.

Esse ideal pode ser alcançado por meio da conjugação de esforços e da disposição individual e coletiva para rever práticas e posturas, sendo um processo que marca a construção de um novo tipo de sociedade e mentalidade de todas as pessoas e também do próprio portador de necessidades especiais.

Essa escola inclusiva é algo que vem se efetivando, mesmo que a duras penas, que vêm buscando superar toda uma história de isolamento, discriminação e preconceito e com isso se faz necessário muito estudo, pesquisas para ampliar o conhecimento e desenvolver formas que viabilizem a verdadeira inclusão escolar.

Afinal, as condições de hoje para modificar essa escola oferecem a liberdade para transformá-la em uma instituição única em que à cooperação substitui a competição, pois o que se aprende é que as diferenças se articulem se componham e que os talentos de cada um se sobressaiam.

Diante de todo este exposto, é conveniente deixar em foco de discussão a reflexão de uma frase dita por uma assistente de direção de uma escola Maria Aparecida Ferreira:

“Hoje posso garantir que não há um manual de instrução para a escola ser inclusiva, mas é essencial que a equipe se una para trabalhar em prol da aprendizagem”.

2.2 As dificuldades da escola, sua integração e inclusão

Sabemos da necessidade e da urgência de se enfrentar o desafio da inclusão escolar e de se colocar em ação os meios pelos quais ela verdadeiramente se concretiza.

Para isso precisa-se recuperar o tempo perdido, arregaçar as mangas e promover uma reforma estrutural e organizacional de nossas escolas comuns e especiais.

Hoje, a Educação Especial é entendida como a modalidade de ensino que tem como objetivo quebrar as barreiras que impedem a criança de exercer a sua cidadania. O atendimento educacional especializado é apenas um complemento da escolarização, e não substituto.

São notáveis as dificuldades pelas quais essa escola inclusiva vem enfrentando.

Poucos são os alunos especiais que estão freqüentando o ensino fundamental, pois, muitos pais ainda sentem vergonha de procurar a escola para que seu filho receba o apoio que o aluno especial precisa para desenvolver sua aprendizagem.

Também vemos que os educadores que deveriam por lei recebê-los demonstram claramente estarem despreparados para atuarem com esses alunos em meio a uma sala com um número significativo de alunos.

Em vista disso os educadores devem estar dispostos às mudanças e ser para o aluno elemento facilitador em seu processo de desenvolvimento.

Os educadores segundo Leite devem:

Ser colocados em um contexto de aprendizagem e aprender a fazer fazendo: Errando, acertando, tendo problemas a resolver, discutindo, construindo hipóteses, observando, revendo, argumentando, tomando decisões, pesquisando. (LEITE, 1999, P.28).

O desafio do professor é conceder esse ensino especial como um ambiente educativo, onde trabalhar e formar não são atividades que possam ser separadas.

Um outro desafio vem do espaço físico das escolas que, muitas vezes, não é acessível à movimentação desses alunos e não possui as adaptações necessárias. E, entre tantas barreiras, desafios e dificuldades, também se enfrentam na escola inclusiva a discriminação da comunidade escolar que, às vezes, esquece da autonomia, da responsabilidade e da solidariedade no respeito ao bem comum.

A integração escolar fundamenta-se, principalmente, no princípio da Normalização, que considera a necessidade de oferecer a esses alunos oportunidade de vivenciar uma educação o mais semelhante possível à dos demais alunos. O modelo da escola integrativa desenvolveu-se rapidamente em Portugal sob a ótica da inovação e reestruturação que se verificaram a seguir em 25 de abril de 1974. Tal modelo contém, no entanto, algumas contradições que se foram tornando mais evidentes ao longo da sua implantação. Criaram-se notoriamente dois tipos de alunos: os alunos com necessidades educacionais “normais” e os alunos com necessidades educacionais “especiais”. Este entendimento dicotômico da diferença cria situações de desigualdade: os alunos que têm uma deficiência identificada têm direito a um atendimento personalizado e condições especiais de acesso ao currículo e sucesso escolar. Já os alunos sem uma deficiência identificada (mesmo com dificuldades específicas de aprendizagem, problemas de comportamento, insucesso escolar, oriundos de minorias étnicas, etc.) não encontram apoio, permanecendo esquecidos e muitas vezes, marginalizados.

Assim, a escola integradora apesar de ter proporcionado a entrada na rede regular de ensino de alunos com deficiência, fica aquém dos princípios de universalidade conseguindo, quando muito, resultados na integração de alunos com alguns tipos de deficiência. Talvez uma das causas mais determinante desta insuficiência seja a escola integradora ter se preocupado exaustivamente com o apoio ao aluno, esquecendo-se do cuidado com o professor e da escola como um todo.

Uma outra modalidade de integração existente nas escolas regulares é a classe especial (considerada como integração temporária e parcial) onde os alunos com necessidades educacionais especiais têm a possibilidade de conviver com os demais alunos e participar das atividades comuns a toda escola de forma integrada.

A colocação de pessoas com deficiência em classes especiais pode ser percebida como a solução para todos os problemas educacionais difíceis. A colocação em classes especiais, por si só, não resolve quaisquer problemas. Pode, simplesmente, transferir o problema de um lugar para outro. A existência de uma vasta gama de serviços especiais pode permitir ao professor da classe regular de ensino que transfira para terceiros a responsabilidade de prover às necessidades do educando com necessidades educacionais especiais e resolver todos os problemas de administração da classe.

A inclusão prevê a educação para alunos com qualquer necessidade especial, abrangendo todos os tipos e graus de dificuldades que se verificam em seguir o currículo escolar.

Não se podem confundir os conceitos de integração e de inclusão. O conceito integração tem sido utilizado no sentido de levar as crianças com deficiências para o espaço escolar, enquanto inclusão significa “escola para todos”, direito que toda criança possui e que requer empenho e articulação de todas as instâncias da sociedade. A Escola Inclusiva vai além da integração visto que a última tem um conceito perigoso, pois tende a normalizar a situação sob o discurso de que todos somos iguais.

A escola inclusiva procura responder de forma apropriada e com alta qualidade, não só a deficiência, mas todas as formas de diferenças dos alunos (culturais, étnicas, etc.). Desta forma a educação inclusiva recusa a segregação e pretende que a escola não seja só universal no acesso, mas também no sucesso.

2.3 O preparo e o papel do professor na escola inclusiva acolhedora e democrática

Devemos estar cientes de que as soluções coletivas são as mais acertadas e eficazes. E, não devemos esperar nem aceitar que as soluções venham de fora; é a nossa responsabilidade. Cabe a nós a coragem e ousadia para buscar alternativas, outras formas de interpretação e de conhecimento, que nos dêem as bases e o rumo para realizar as mudanças que já se fazem necessárias. Não estar preparados não é um problema, é um desafio. Além do mais, os professores, no geral, carecem de uma boa formação do professor para ensinar a qualquer um; em educação, se aprende muito na prática, assumindo os desafios.

A inclusão é uma ruptura de base na estrutura organizacional da educação, por isso, quem mais está autorizado, no sentido de ter maior competência para realizar esse novo trabalho, somos nós professores. E devemos lembrar que “o papel do professor é ser regente de classe, e não especialista em deficiência”. (Mantoan, 2005, p.26).

Esse é o desafio que a educação inclusiva coloca à formação de professores de Educação Especial: o de conjugar quatro tipos de necessidades, quais sejam:

- Oferecer formação como docente do ensino fundamental, no que tange a formação teórica sólida ou adequada, referente aos diferentes processos e procedimentos pedagógicos que envolvam tanto o “saber” como o “saber fazer”;
- Oferecer formação que possibilite analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças, entre elas a das crianças com necessidades educativas especiais;
- Oferecer formação específica sobre características comuns das crianças com necessidades educativas especiais, como expressões localizadas das relações contraditórias entre a sociedade em geral e as minorias;
- E oferecer formação sobre as características, necessidades e procedimentos pedagógicos específicos a cada uma das necessidades educativas especiais, para que estas possam também ser levadas em consideração pelos sistemas regulares de ensino e possibilitar o atendimento direto à parcela dessa população que, por razões pessoais, educacionais ou sociais, não possam ser absorvidas pelo ensino regular;

Esses parecem ser os grandes desafios colocados para aqueles preocupados com a formação de professores da Educação Especial, o que demanda modificações profundas e radicais nas formas usuais até aqui utilizadas.

A escola tradicional não se torna automaticamente uma escola inclusiva só porque recebeu um ou alguns alunos, anteriormente marginalizados, nas classes comuns. Não se trata

simplesmente de receber e sim de acolher, estar de braços abertos, dizer sejam bem-vindos para todos.

A educação inclusiva exige do professor uma mudança de postura no sentido de redefinir seu papel, o que se torna fundamental para o desenvolvimento de seus alunos.

O professor deve aprender a respeitar o seu aluno, seus interesses, e desenvolver atividades a partir disto, ouvindo, formulando desafios e situações novas, acompanhando seu processo de desenvolvimento.

Para o professor na sala de aula comum, é imprescindível, além da capacitação e apoio pedagógico, ele precisa de preparo para receber o “novo aluno”, para que a inclusão não seja somente física, mas que haja uma aprendizagem significativa para todos os discentes. Os professores devem estar dispostos a mudanças e estarem constantemente revisando seus conceitos, ideologias e valores, além de atuarem sempre como um elemento facilitador no processo de conscientização da construção de sua cidadania.

O desafio desse docente na escola é o de concebê-la como um ambiente educativo. Entretanto os professores não podem mudar sem uma transformação nas instituições em que trabalham, nem as escolas podem fazer mudanças sem o empenho especial dos seus educadores, pois um dependerá do outro.

Como Pedro Demo afirma: “A inclusão só terá êxito com seu total engajamento, pois se o professor não é o incluído, como pode ajudar a promover a inclusão?”(DEMO, 2000).

Com tudo isso, o investimento que a escola faz em seu professor converte-se para o futuro da própria instituição e o docente passa a se tornar educador/educando nesse espaço que deve ser criativo e de aprendizagem.

Portanto, convém, aqui, ressaltar a importância de professores e escola como um todo e olharem a questão das diferenças não como um abismo impenetrável, mas como ponte que conduz as superações e mudanças. Olhares que sejam não-estigmatizantes e que digam:

A alma dos diferentes é feita de uma luz além. Sua estrela tem moradas deslumbrantes que eles guardam para os poucos capazes de senti-los e entender. Nessas moradas estão tesouros da ternura humana dos quais só os diferentes são capazes. Não mexa com o amor de um diferente. A menos que você seja suficientemente forte para suportá-los depois. (ARTHUR DA TÁVOLA).

2.4 O Preconceito

O preconceito é uma das grandes barreiras que bloqueiam a inclusão social e profissional dos portadores de deficiência no país.

O preconceito constitui-se em um grave problema da atualidade, existente em toda a sociedade, de um modo geral, e principalmente na escola, sendo freqüentemente observado na questão de pessoas especiais.

A inclusão de portadores de necessidades especiais nas salas de aula do ensino regular, é uma possibilidade que se abre em benefício de todos os alunos, sejam eles com ou sem deficiências. Contudo, tem-se encontrado barreiras como o preconceito, que impedem que a inclusão ocorra verdadeiramente. A sociedade foi, durante muito tempo, acostumada que igual combina com igual, buscando hegemonia entre as pessoas. Os valores adquiridos durante toda a vida fazem com que estas pessoas desacreditem na viabilidade de uma inclusão, pois o ser humano tem medo e desconfia de tudo que é “diferente”. Desta forma, é urgente que a sociedade reconheça todos os seres humanos como livres e merecedores de seus direitos, olhando além do corpo, da doença, da diferença e da deficiência.

As principais formas de preconceitos são o racismo, questões ligadas ao gênero, diferenças corporais e a intolerância aos portadores de necessidades especiais.

É extremamente difícil pensar em práticas pedagógicas inclusivas, pois existe hoje, e é meramente excludente e pautado no preconceito em todas as suas formas, seja racial ou por qualquer tipo de diferença.

Desta forma, acreditamos que ele seja o maior problema observado na prática escolar, onde grande parte das questões é abordada de forma mais exposta e clara. Outro motivo é que, devido o preconceito ser fruto de padrões estabelecidos pela sociedade, o corpo reflete a principal forma de manifestação deste, sendo que, especialmente na escola, muitos destes pensamentos são manifestados em forma de críticas, exclusões e humilhações.

Ao observarmos tal prática em um país onde as diferenças raciais são características nacionais, identificamos um problema de difícil resolução, pois estes valores já foram pré-estabelecidos e desta forma, criaram-se os pré-conceitos.

A escola, como instituição social, apresenta em seu interior normas de condutas e comportamentos nos quais estão fundamentadas as diversas práticas pedagógicas. Neste sentido, o comportamento diferente é logo tido como deficiente incapaz de satisfazer às

exigências educacionais. Os chamados “deficientes” são excluídos ou mantidos separados dos “normais” dentro das instituições escolares.

Nesse contexto, os problemas que regem a relação da escola e dos colegas de classe com os portadores de necessidades especiais não se limitam ao preconceito sofrido por eles, o que é algo extremamente visível, mas também ao despreparo dos professores e funcionários da escola para lidar com as diferenças individuais.

Essas atitudes são notadas em toda a escola, em todas as aulas e com todos os profissionais envolvidos. Porém, os portadores de necessidades especiais, na maioria das vezes, não são estimulados a aprender com os demais e nenhum tipo de atividade diferenciada em que todos possam participar de forma irrestrita é proposta.

Tais manifestações geram humilhações que resultam em indivíduos acrílicos, tímidos e inseguros e que se sentem inferiorizados pelos outros. As conseqüências desta formação podem ser diversas e devem ser evitadas pelos profissionais, que são atualmente os principais intervencionistas neste âmbito.

Assim, é necessário que a sociedade reconheça os preconceitos existentes em relação aos portadores de necessidades especiais, e busque respostas educativas, possibilitando solucionar preconceitos enraizados, estimulando a participação de cada um, apreciando as diferenças e oferecendo oportunidades adequadas para todos os cidadãos brasileiros.

CAPÍTULO 3: A IMPORTÂNCIA E O APOIO DA FAMÍLIA

3.1 O papel da família sua consciência e aceitação

Para que se possa construir uma sociedade inclusiva é preciso antes de qualquer coisa, de toda uma mudança no pensamento das pessoas e na estrutura da sociedade, isso requer certo tempo, mas o que irá realmente desencadear essas mudanças nas pessoas é em um primeiro momento a real aceitação das pessoas com necessidades especiais, essa aceitação deve começar pela própria família.

Ser pai e mãe na nossa sociedade vem se tornando cada vez mais uma tarefa difícil e solitária. Nossos pais e nossos avôs viveram em épocas diferentes, onde a comunidade era próxima, as pessoas se conheciam e se podia contar com a ajuda dos vizinhos. As crianças brincavam em grupos, os adultos se reuniam para conversar, parecia mais fácil educar as crianças, pois todos se sentiam responsáveis.

O mundo atual oferece oportunidades variadas para o crescimento e desenvolvimento das crianças, abrindo-lhes imensas possibilidades de realização pessoal. Entretanto, nunca estivemos tão inseguros quanto ao futuro de nossos filhos e da melhor maneira de educá-los.

Quando nasce uma criança diferente do que os pais imaginavam, esses ficam desesperados, sem rumo, sem saberem como agir, ficam se sentindo culpados por terem tido um filho (a) com alguma necessidade especial. Alguns, no início acabam tendo depressão, não aceitam a criança, as rejeitam etc.

Mas, como se diz, não dá para rejeitar toda a vida, afinal, é sangue do seu sangue, é fruto de uma relação de amor, é uma vida nova que inicia, é uma benção de Deus e não se pode simplesmente desistir. Tem-se que erguer a cabeça, aceitar e procurar toda ajuda possível, para oferecer o que estiver ao seu alcance para facilitar a vida dessa pessoa especial. Quanto mais cedo iniciar esse processo de consciência e apoio de todas as entidades a essa criança, maior e melhor será seu desenvolvimento e ela será feliz.

O que ocorre muitas vezes é um afastamento da família, e uma situação de total dependência dos médicos e demais profissionais:

Como ressalta Aranha, 2004:

"Sabe-se, entretanto, que a família tem se encontrado, historicamente, numa posição de dependência de profissionais em diferentes áreas do conhecimento, no sentido de receberem orientações de como proceder em relação às necessidades especiais de seus filhos".

A família deve buscar toda orientação que conseguir, no entanto, não podem transferir toda a responsabilidade de criação do filho a esses profissionais, e este trabalho só irá obter sucesso se tiver o apoio e participação da família em casa. É difícil, mas é preciso haver esse enfrentamento e essa vontade para que se possa auxiliar essa criança que irá esperar e confiar plenamente nos pais para que possa melhor se desenvolver.

O poder público, por sua vez deve assegurar todo o atendimento nas áreas de saúde e educação promovendo a saúde física e mental não só da criança, mas de toda a família. O atendimento a gestante deve começar desde o pré-natal (onde já se podem detectar possíveis problemas) e deve seguir durante e após o parto e sempre que a família necessitar dos serviços.

Os sistemas de saúde devem divulgar a toda a população, os cuidados que a gestante deve ter para que possa ter uma criança saudável sabendo das possíveis limitações que seu bebê possa vir a ter, e isso é extremamente importante para que a mãe e toda a família em si já possam se acostumar com a idéia de ter uma pessoa com deficiência, aceitando e estudando a melhor forma de atender todas as necessidades do novo membro da família.

Antigamente os pais não colocavam seus filhos especiais cedo na escola, pois achavam que não teriam capacidade de aprender, de se desenvolver, viviam acreditando que a criança era repleta de limitações, que o máximo que poderiam fazer era levá-la regularmente a médicos para acompanhar seu estado de saúde. Quando descobriam que eles precisavam também frequentar escolas, espaços sociáveis, de interação, muitas vezes já era um pouco tarde e diversas habilidades que poderiam ter sido desenvolvidas, limitações que seriam superadas não foram, pois o acesso a esses ambientes especializados foi tardio.

Neste sentido, Soares *apud* Gil (2001. p. 51) ressalta:

"Hoje na tentativa de assegurar a permanência de algumas crianças com necessidades especiais no ensino regular, percebo mais fortemente a importância de um trabalho junto às mães da população de baixa renda, uma vez que pobreza, infelizmente, está associada à falta de escolaridade e de acesso a determinadas informações, visando ao esclarecimento acerca da deficiência de seus filhos. Em meu dia-a-dia, tenho encontrado desde mães que acham que o problema de seu filho não tem solução, àquelas que acham que seu filho não tem problema algum, o que é muito mais grave. Os pais que não aceitam a deficiência de seu filho e nem acreditam em sua capacidade para superar as limitações, impedem que este tenha acesso à estimulação e ao atendimento educacional especializado".

Hoje em dia, os próprios médicos já fornecem os diagnósticos necessários e orientam as famílias a procurarem as escolas, APAEs, para fazerem o acompanhamento da criança desde o começo de sua existência até o momento que for considerado necessário. As APAEs, principalmente, trabalham com bebês com poucos dias de vida, fazendo o trabalho que chama-se de estimulação precoce podendo proporcionar, sobretudo às “novas famílias especiais”, uma rede de apoio, troca de experiências e ajuda mútua de valor inestimável, e que deve ser incentivado pelos profissionais.

Cada família enfrenta a deficiência de acordo com sua história, suas representações, crenças, valores culturais, condições objetivas e materiais, além da personalidade individual de cada membro. Certamente, as acomodações que ocorrem na estrutura familiar sempre apresentam especificidades conforme o caso; porém não resta dúvida que a influência familiar é determinante para facilitação ou impedimento do processo de integração social do indivíduo com deficiências. Pois, como já comentado, é através do seu relacionamento familiar que ele desenvolverá os seus critérios de valorização percebendo o mundo e construindo a sua identidade.

É importante que o indivíduo com necessidades especiais ocupe um espaço na dinâmica familiar que não seja exclusivamente “o deficiente”, “o problemático”, “o incapaz”, “o dependente”, mas sim participe na medida de suas possibilidades, na vida familiar cotidiana, inclusive nas situações sociais.

Para concluir, gostaria de ratificar que o trabalho com a família e o estímulo ao seu envolvimento constitui um fator decisivo no processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, sendo indispensável para a construção da individualidade do sujeito como participante ativo da sociedade. Contudo, esse processo requer, para sua efetivação, a ação de múltiplos esforços e a participação de todos os segmentos da sociedade, de modo que

promova uma verdadeira mudança cultural em relação à diversidade e às potencialidades humanas.

3.2 A relação entre pais e profissionais

Da mesma forma que é importante a família estar junto da escola, os pais devem fazer uma aliança com os profissionais de reabilitação que são os médicos, os terapeutas ocupacionais, os fisioterapeutas, entre outros, ainda que isso não seja uma tarefa fácil, no início.

Cabe aos profissionais auxiliar os pais nessa nova trajetória. Geralmente, no início, os pais sentem-se inseguros e despreparados e isso pode gerar dificuldades nos primeiros contatos com especialistas. Sabemos que viver essa nova realidade não é uma escolha. Eles têm que aprender a lidar com uma situação desconhecida, que é a convivência diária com uma criança com deficiência e todas as recomendações de médicos e terapeutas.

Os profissionais de reabilitação necessitam da cooperação dos pais também em casa, para melhor desenvolvimento do tratamento.

Por isso, os pais precisam de orientação, de incentivos e de momentos de desabafo para não terem sentimentos de culpa quando não conseguirem dar conta de todas as recomendações.

Os profissionais devem valorizar o saber dos pais e incentivar pequenas iniciativas. Esses diálogos e as trocas de informação aproximam a família e os especialistas e assim, fica mais fácil alcançar os objetivos traçados.

Essa relação pais-profissionais descreve.

Os pais esperam: compreensão, consolo, incentivo, momentos para descarregar sentimentos de culpa, palavras de esperança, pessoas que os escutam e pessoas com quem dividir responsabilidades;

Os profissionais esperam: interesse pelo programa de reabilitação, compreensão, informações corretas do que é realizado em casa com a criança, otimismo em relação ao tratamento e cooperação para o alcance dos objetivos.

Essa relação entre os pais e os profissionais pode se tornar cada vez melhor. Para isso, é necessário que as instituições especializadas, como os centros e as clínicas de

reabilitação, repensem seu papel e cedam espaço para a família e para a comunidade. É necessário que os profissionais se coloquem a serviço das famílias.

Por outro lado, essa mudança faz com que os pais assumam uma atitude mais confiante sobre o que desejam para seus filhos. O sucesso do processo de reabilitação depende, em grande parte, dessa aliança dos pais com esses profissionais.

3.3 A família no desenvolvimento da vida social da pessoa com deficiência

Uma das funções mais importantes da família e, em particular, da família de pessoas com deficiência é favorecer a participação dos filhos em todos os espaços da comunidade. Todas as crianças aprendem a se relacionar e enfrentar as situações do dia a dia, formando seu círculo de amizade.

Essa aprendizagem é tão importante, quanto a capacidade de ler, escrever ou trabalhar, pois é na relação com os amigos que formamos nosso grupo e criamos nossa identidade.

Muitas pessoas com deficiência convivem apenas com familiares próximos e esse lado social fica prejudicado. Perdem a oportunidade de conversar, trocar idéias, mostrar seus limites e possibilidades, sentir-se à vontade conversando naturalmente em grupos, expor seu ponto de vista e expressar educadamente seus desejos, aborrecimentos, gostos e contrariedades. Esses aspectos da vida em sociedade são adquiridos a partir do relacionamento diário na infância e dependem de todas as experiências vividas pela criança ao longo da vida. Isso vem confirmar a importância e a necessidade das brincadeiras e das tentativas de todas as crianças.

É recomendável que os pais permitam e incentivem a participação de seus filhos nas brincadeiras com vizinhos, em grupos de cultura, lazer e esporte com outras crianças, vivenciando o maior número de situações possível.

No dia-a-dia, a família tem a oportunidade para adquirir conhecimentos e informações relevantes, para apoiar e favorecer o desenvolvimento social, pessoal e educacional de seu filho com deficiência. Tal aprendizagem é fundamental para a tomada de decisões. Para tanto, exige paciência, otimismo, confiança e a certeza de que qualquer mudança, para ser alcançada, precisa do esforço conjunto de pessoas unidas por um mesmo objetivo.

Ao olhar para uma pessoa que conseguiu se encaminhar bem na vida podemos ter certeza de que, em sua história, há uma família que reuniu apoio e incentivo a cada pequena conquista sua. Da mesma forma, ocorre com pessoas com deficiência. Ao lado de uma pessoa

co deficiência feliz e realizada, está uma família que soube procurar, reivindicar, buscar soluções, que soube administrar as questões da deficiência: pessoas que, ao invés de se deixarem abater, foram buscar, junto aos médicos, professores, terapeutas, amigos, vizinhos e famílias com conhecimento ou experiências semelhantes, os caminhos para a superação das dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é um tema que vem sendo debatido e que tem suscitado grandes discussões. Esse processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na classe regular de ensino já é uma realidade, muito embora permanecendo muito lento, dificultando o alcance a que se propõe.

O interesse em realizar este trabalho foi motivado pelas observações feitas a respeito dos alunos especiais integrados na classe regular. Foram surgindo dúvidas que necessariamente procurou-se entender à luz de alguns teóricos que buscam inserir a educação dos deficientes no contexto educacional. Evidenciando as opiniões de vários autores, procurou-se também demonstrar a dificuldade encontrada nos professores em não entenderem as novas concepções encontradas na escola inclusiva, sendo este um dos maiores desafios que um professor pode enfrentar.

Isso ocorre devido, fundamentalmente, às falhas do sistema. Sabe-se que o sistema educacional não é moldado com o desafio de educar alunos portadores de complexas características individuais e que vem de famílias e situações comunitárias complexas. Percebe-se a dificuldade da família e dos educadores em lidar e melhorar o atendimento destes alunos com aprendizagem difícil e com problemas econômicos e sócio-emocionais, mas nem sempre.

Pode-se verificar junto aos integrantes do sistema de ensino, que: falar-se de educação inclusiva parece ser utopia, uma vez que o sistema encontra-se despreparado em todos os sentidos para processá-las.

Diante disso, pode se perceber, também, que os professores das classes regulares, na sua maioria, não possuem cursos específicos na área de educação especial. Este é um fato que dificulta profundamente a educação do aluno especial na classe regular determinando assim, a falta de integração e interação entre os mesmos.

Outro fator que contribui para o insucesso é a inclusão ocorrer sem levar em consideração o apoio dos pais, sem realizar sistemas de parcerias com a comunidade, trabalho

voluntário e doações. A não consideração desses aspectos poderá reforçar o preconceito e virá a criar uma falsa imagem de igualdade de direitos e de conquistas de cidadania.

Outros fatores que impedem o sucesso do processo de inclusão estão relacionados à inadequação de métodos curriculares, bem como ao número exagerado de alunos numa mesma sala em que o aluno especial está sendo inserido. O problema não está na discussão terminológica de integrar ou incluir, e sim em como implementar, no contexto da realidade educacional brasileira, este modelo de escola inclusiva.

A inclusão dessas crianças requer uma mudança de paradigma na educação, que nos remete também a uma nova concepção do ato de ensinar e aprender. Essa mudança de paradigma implica em um novo olhar, um novo compreender e fazer educação. Ela aponta para a construção de uma escola livre de preconceitos, que valoriza a interação entre diferenças e a construção do conhecimento como parte construtiva do sujeito.

Reconhecer a importância da participação dos portadores de deficiência no planejamento e na execução dos serviços e recursos a eles destinados é, sem dúvida, um imperativo de uma sociedade que se pretende ser democrática.

Sendo assim, a escola precisa ser estruturada como escola integradora; o professor precisa estar capacitado e preparado para acompanhar o aluno com necessidade educacional especial; os métodos de ensino devem ser revisados e o currículo flexibilizado; o apoio deve ser estendido às famílias dos portadores de deficiências, para que a mesma se conscientize do seu papel nesse processo e, sobretudo, os profissionais de ensino não podem temer dizerem se suas fragilidades, mesmo se estas tiverem origem no poder estatal ou nacional. Somente assim se possibilitará uma educação adequada aos alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular e na sociedade. Uma sociedade em evolução precisa proporcionar a seus habitantes, portadores ou não de deficiência, condições para uma vida digna.

Aos educadores, pedagogos, psicopedagogos e sujeitos de um processo de Educação no País, cabem a responsabilidade, o cuidado e o compromisso de fazer com que cada vez mais os alunos portadores de necessidades especiais se adaptem às classes de ensino regular como forma de não sofrerem discriminações que possam afetar ainda mais o seu desenvolvimento escolar, emocional e motor.

Portanto, tem que se darem oportunidades a essas crianças para conquistarem o seu espaço na escola e na sociedade, o compromisso é de todos! Sabe-se que o ser humano é capaz de mudar as coisas, que é vítima e réu ao mesmo tempo. Por isso, deve haver uma preocupação em ceder espaço para uma democracia mais concreta. Mas para isso é preciso ter certeza de que esse espaço deve ser conquistado por todos, portadores de necessidades

especiais ou não. Enfim, espera-se que cada ser humano tenha o direito de ocupar o mundo enquanto cidadão em exercício pleno de sua cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva/Ana Rita de Paula, Carmen Martini Costa - reimpressão - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.36p.

BRASIL, MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Vol.10: Pluralidade Cultural. Brasília, SEF, 1997.

CAVALCANTE, A.V. O Preconceito da Deficiência no processo de Inclusão Escolar. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2004.

Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

DEMO, P. **Ironias da educação**: mudanças e contos sobre mudança. DP e Editora, 2000.

DENARI, Fátima. **Um (novo) olhar sobre a formação do professor de educação especial**: da segregação à inclusão. In: *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. David Rodrigues (Org.). São Paulo: Summus, 2006. P. 36-59.

_____ A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1995.

_____ O papel da família na integração do portador de deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 2 (4), 111-119, 1996.

Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para Deficiência Mental. Brasília: MEC/SEES, 2005.

Inclusão: *Revista de Educação Especial/Secretaria de Educação Especial*. V.1, n.1(out.2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

Integração: *Revista da Educação Especial/Secretaria de Educação Especial*. Bloco “1” – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér - **Educação para todos** - *Revista pátio*, ano 2º, n.5, mai./jul.p.49 e 50.1998.

_____ **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES. E.G. **Diretrizes e parâmetros curriculares nacionais e a educação especial**: inclusão ou exclusão das diversidades. 2. Ed. São Paulo: Ática, 2002.

Prevalência de Incapacidades – um estudo da situação com base em sete municípios de Minas Gerais. – Belo Horizonte: Autêntica 2005.208p.

Revista Aprende Brasil n°.2, Ano 1 ,Curitiba-Paraná: Novembro,2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi; **Inclusão; Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.176p.

STAINBACK, Susan. **Inclusão**: um guia para educadores/Susan Stainback e William Stainback; Trad. Magda França Lopes. – Porto Alegre: Artes médicas sul, 1999.